

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 149, DE 2019

(do Poder Executivo)

ESTABELECE O PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E TRANSPARÊNCIA FISCAL, O PLANO DE PROMOÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL, ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, A LEI COMPLEMENTAR Nº 156, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, A LEI Nº 12.348, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010, A LEI Nº 12.649, DE 17 DE MAIO DE 2012 E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185- 35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

EMENDA DE PLENÁRIO

Art. 1º Acrescente-se seguinte inciso III ao § 1º e um § 2º ambos ao Art. 28 do substitutivo do relator ao PLP 149/19:

“Art. 28.....

§ 1º

.....

III - Aplica-se aos contratos de parcelamento de dívidas com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

.....

§ 2º O aditamento contratual, de que trata o caput deste artigo, produzirá seus efeitos legais a partir da data de formalização da pretensão de aditamento pelo Estado, Distrito Federal ou Município”.(NR)

.

JUSTIFICAÇÃO

.A presente emenda torna claro que os contratos dos entes federados para pagamento de débitos junto ao FGTS também poderão ser suspensos mediante a celebração do termo aditivo ao contrato.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado JOÃO ROMA (Republicanos-BA)